

Medidas não encontraram apoio unânime do CMN

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Quem é do governo e estruturalista apoiou; quem não é e é monetarista apresentou restrições. O conjunto de medidas complementares para a estabilização da economia não encontrou aprovação unânime nem dos próprios membros do Conselho Monetário Nacional (CMN). Os empréstimos compulsórios na compra de automóveis, de gasolina e álcool é a medida mais criticada. O presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, não gostou da idéia; Antônio de Oliveira Santos tachou-a de "injusta"; enquanto Sérgio Quintella, de uma "distorção". Ambos são membros do CMN.

"E a contrapartida solicitada à classe média pela grande vantagem que todos estamos tendo com a estabilidade de preços, deixando de pagar um tributo muito pior e mais oneroso, que é a inflação", disse à saída da reunião do CMN o presidente do Banco Central, Fernão Bracher, tentando justificar o empréstimo compulsório.

"Com a demanda aquecida como estava, a economia entraria em um processo de desequilíbrio incontrolável e a volta da inflação seria inevitável", explicou o economista Rômulo de Almeida, presidente em exercício do BNDES. Almeida acredita que, com as novas medidas, o congelamento de preços poderá ser mantido por mais tempo, e lembrou que nos países socialistas o princípio econômico básico é o de não permitir o aumento da demanda de forma incontrolável.

Membro da comissão que preparou o plano econômico (Copag) de Tancredo Neves, Sérgio Quintella, atual presidente da Montreal Engenharia e do PFL carioca, saiu da reunião do CMN desfechando uma bateria de críticas às medidas do governo. Monetarista, Quintella disse que o "normal e natural para o caso dos combustíveis seria o aumento de preços, pois medidas desse tipo geram distorções muito difíceis de controlar em uma economia complexa como a nossa". Para ele, o aumento de preços da energia elétrica também deveria ser adotada.

Antônio de Oliveira Santos, presidente da Confederação Nacional do Comércio, tachou o empréstimo compulsório sobre os combustíveis de "injusto", e acredita que, ao invés da medida, o governo deveria acabar com privilégios ainda existentes na sociedade. Como cobrar Imposto de



Alencar Monteiro

Reunião do CMN: estruturalistas apoiaram

Renda dos senadores, deputados, juízes e militares. Para ele, não tem sentido o cidadão pagar Imposto de Renda e ser obrigado a pagar outro tributo na hora de comprar um automóvel. "Era preferível que o governo trabalhasse em cima de uma inflação anual de 15% ou 25%, que são números mais reais, e não uma inflação ilusória como a atual", fulminou, defendendo a permanência do atual consumo.

"A credibilidade do governo Sarney vai superar eventuais reflexos negativos do pacote", disse o ministro da Agricultura, Iris Rezende. Ele afirmou estar convencido de que a agricultura não será atingida pelo empréstimo compulsório — aumentando o preço dos alimentos — já que "é movida basicamente a óleo diesel", explicou. A política também foi a principal preocupação do presidente da Caixa Econômica Federal, Marcos Freire, que não teme os reflexos da impopularidade do governo nas eleições de novembro.

VOTAÇÃO

O PDS desde já está pressionando o presidente do Congresso, senador José Fragelli, para que ele acelere a tramitação dos decretos-leis relativos ao novo pacote econômico, de tal sorte que ele seja votado antes de novembro e, consequentemente, os

parlamentares sejam forçados a se definirem publicamente a respeito.

Os decretos-leis do Executivo, pendentes de apreciação no Congresso, estão se acumulando porque Fragelli tem adotado a praxe de não fazer as respectivas leituras, salvo quando houver quórum na sessão do Congresso destinada àquela provisão.

A praxe no Congresso era a leitura de quatro decretos-leis por semana na ordem em que chegavam do Executivo, mas os Decretos-Leis n°s 2.283 e 2.284, definindo o Plano Cruzado, quebraram esta sistemática; foram lidos imediatamente após o recebimento pelo Legislativo e suas votações realizadas em prazo extremamente curto por pressões políticas das lideranças dos partidos governistas, o PMDB e o PFL. Com base no argumento de que as medidas ora consubstanciadas dos novos decretos-leis não passam de complementação do mesmo Plano Cruzado, as lideranças do PDS desejam que haja o mesmo tratamento.

Pela Constituição, é de 60 dias o prazo para tramitação do decreto-lei após sua leitura em sessão conjunta do Senado e Câmara. Caso não seja apreciado, permanecerá na ordem do dia por dez sessões consecutivas, após o que será considerado aprovado mesmo que não tenha sido submetido a votação.